



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**Moção Consema 04/2006**  
**De 21 de novembro de 2006.**  
**229ª Reunião Ordinária do Plenário do Consema.**

O conselho Estadual do Meio Ambiente, em sua 229ª Reunião Plenária Ordinária,

- 1) Considerando a Lei Estadual nº 7.663, de 30/12/1991, que estabelece a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos–SIGRH e tem como diretrizes, dentre outras, a utilização racional dos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, assegurados o uso prioritário e a instituição de áreas de proteção e conservação das águas utilizáveis para abastecimento das populações;
- 2) considerando a Lei Estadual nº 9.866, de 28/11/1997, que:
  - a) estabelece diretrizes e normas para a proteção e a recuperação da qualidade ambiental das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse regional para abastecimento das populações atuais e futuras do Estado de São Paulo, assegurados, desde que compatíveis, os demais usos múltiplos;
  - b) considera Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais–APRM uma ou mais sub-bacias hidrográficas de manancial de interesse regional para abastecimento público, a qual deverá inserir-se em uma das Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos–UGRHI previstas no SIGRH;
  - c) determina a definição e a delimitação das APRMs mediante proposta do Comitê de Bacia Hidrográfica e deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos-CRH, ouvidos o Conselho Estadual do Meio Ambiente-Consema e o Conselho de Desenvolvimento Regional-CDR;
  - d) a criação das APRMs, suas áreas de intervenção e respectivas diretrizes e normas ambientais e urbanísticas de interesse regional deverão ser objeto de lei estadual específica;
- 3) considerando as Disposições Transitórias da Lei Estadual nº 12.183, de 29/12/2005, que dispõem sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo, e estabelecem:
  - a) em seu Artigo 2º, que o Poder Executivo deve propor, dentro dos 24 meses seguintes à aprovação desta lei, as leis específicas previstas na Lei nº 9.866/97, referentes às Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais das Sub-bacias do Guarapiranga, Cotia, Billings, Tietê-Cabeceiras e Juqueri-Cantareira, nos limites da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Alto Tietê;
  - b) no Parágrafo Único do Artigo 2º, que, na hipótese da não-aprovação das leis referidas nesse Artigo, em até 24 meses após a sanção ou promulgação desta lei, o montante arrecadado a partir da cobrança pelo uso da água desde o primeiro dia subsequente ao período citado, ficará retido nas subcontas do Fundo Estadual de Recursos Hídricos–Fehidro,
  - c) que o Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê deverá destinar, pelo período de 10 anos, no mínimo 50% dos recursos dos investimentos oriundos da cobrança pelo uso da água para conservação, proteção e recuperação das áreas de mananciais que atendam a sua área de atuação;



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

- 4) considerando a saturação da disponibilidade hídrica em várias bacias hidrográficas bem como a situação de risco atual e futuro, seja em termos qualitativos seja em termos quantitativos;
- 5) considerando as atribuições, responsabilidades e compromissos do Consema para com as questões ambientais e seus reflexos nas gerações atuais e futuras;
- 6) considerando a Deliberação CRH nº 62, de 04/09/2006, que aprova o prazo – até o 1º semestre de 2008 – e os procedimentos para elaboração, complementação no que couber e aprovação dos Planos de Bacia pelos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica, estabelecendo requisitos e estipulando horizonte de planejamento mínimo para o período de vigência do Plano Plurianual de Investimentos (PPA) 2008-2011,

propõe:

- 1) a complementação da Deliberação CRH nº 62, de 04.09.2006, no sentido de estabelecer que os Planos de Bacia a serem elaborados ou complementados até o 1º semestre de 2008 contemplem em suas metas de curto prazo a apresentação de propostas de leis específicas dos mananciais considerados de interesse geral e de interesse regional para a UGRHI a que se referem, bem como para aqueles mananciais identificados como de interesse local pelos municípios;
- 2) a proposição das leis específicas previstas pela Lei nº 9.866/97, referentes às Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais das Sub-bacias do Cotia, Billings, Tietê-Cabeceiras e Juqueri-Cantareira, nos limites da UGRHI do Alto Tietê, em período hábil, para que se cumpra o prazo estabelecido pela Lei Estadual nº 12.183, de 29/12/2005, e não se venha a sofrer as sanções nela previstas;
- 3) o encaminhamento das propostas relativas aos mananciais de interesse regional às Secretarias de Estado do Meio Ambiente-SMA e de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento–SERHS, para análise e posterior encaminhamento conjunto à Assembléia Legislativa, em nome do Poder Executivo Estadual;
- 4) o encaminhamento das propostas relativas aos mananciais de interesse local para análise dos órgãos municipais competentes e posterior envio ao Poder Legislativo Municipal.

**Prof. José Goldemberg**  
**Secretário de Estado do Meio Ambiente**  
**Presidente do Consema**

**GSF**